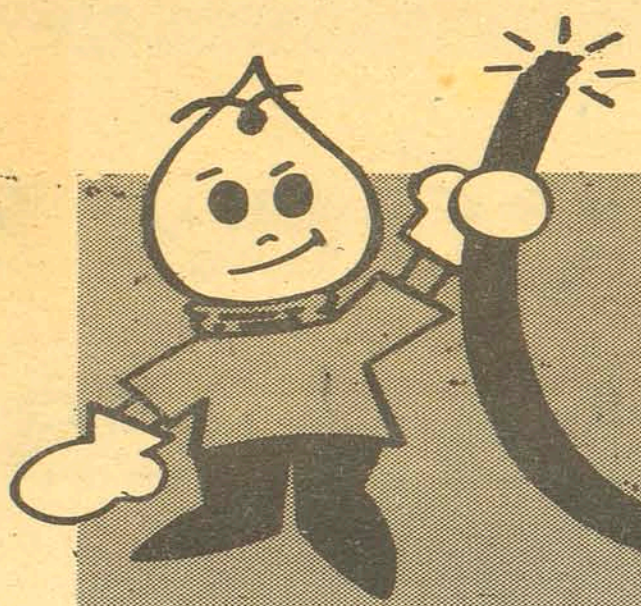




Nº 125

07/02/91

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

Mais um tiro disparado

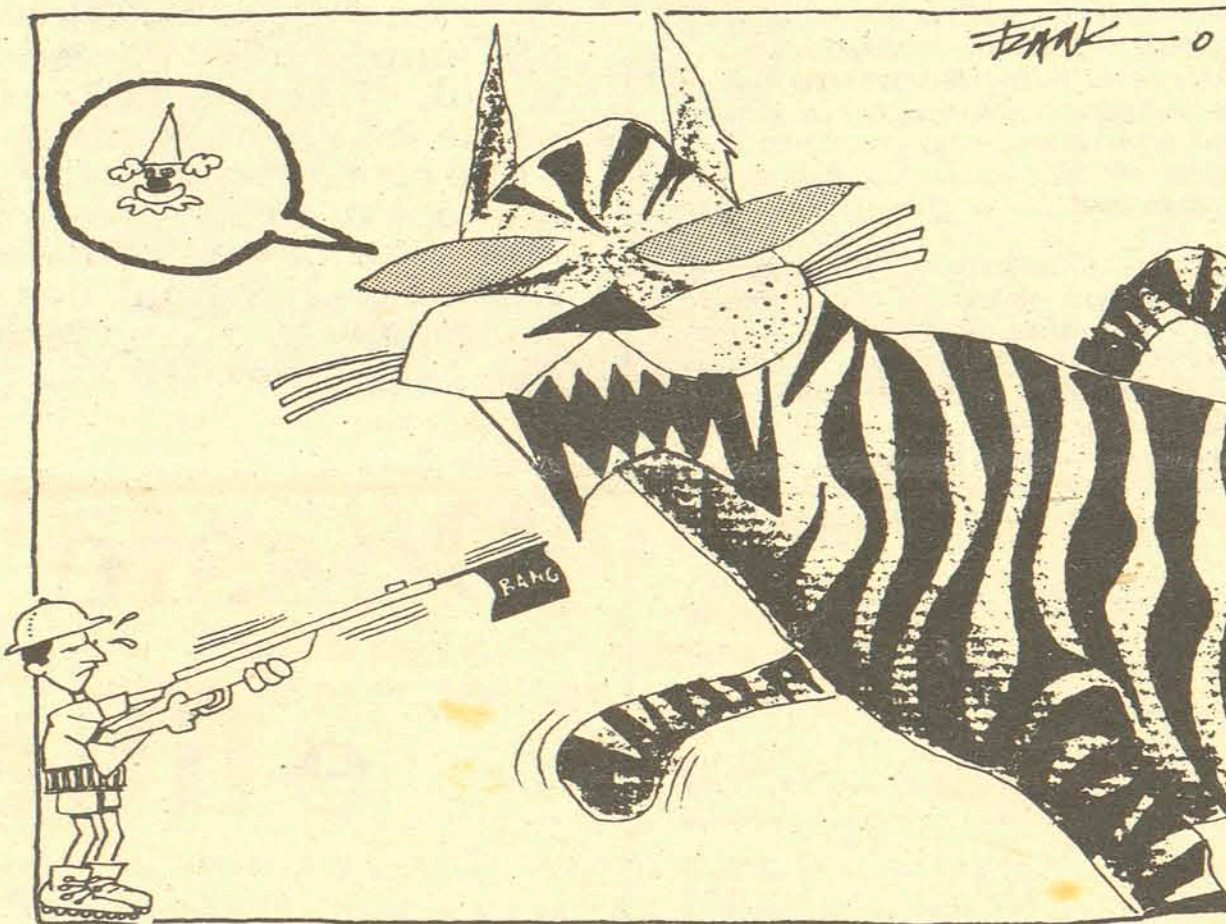
Collor confessou. Na última quinta-feira, ao editar a segunda versão do Plano Econômico, o presidente admitiu, ainda que não literalmente, o fracasso das medidas duras que tomou há menos de um ano para "liquidar o tigre da inflação". Aquele que dizia só ter uma bala, voltou a engatilhar a espingarda e apontar para o seu alvo preferido: os salários.

O governo precisava tomar algumas iniciativas para tentar conter a inflação, que em menos de um ano retornou acelerada à casa dos 20% e levou os novos governantes no mais puro descrédito. Mas, o Plano Collor II, ao mesmo tempo em que reconhece a ineficiência das medidas anteriores, não altera as premissas da primeira versão.

Do ponto de vista do governo, o Plano Collor foi eficiente em alguns aspectos. A política de rendas (salários) foi bem sucedida, na medida em que impôs um grande arrocho em todas as categorias. O ajuste fiscal baseou-se na total liquidação dos investimentos sociais e em produção, além de demissões no serviço público. As privatizações foram encaminhadas. Só que a "eficiência" o governo teve um alto custo social para os trabalhadores, com desemprego, miséria e achatamento do poder de compra.

O supervisor técnico do Dieese/SC, Afrânio Boppré, acredita que o Plano Collor teve problemas de concepção e de condução. O erro original, para Boppré, foi mexer na base monetária, sem tocar nos mecanismos da especulação, que foi estimulada pelos juros elevados. Os juros altos,

Depois do fracasso do Plano Collor, Governo lança pacote que sacrifica os salários e não atinge a recessão e a especulação.



por sua vez, são o motor do processo recessivo. A condução do Plano falhou especialmente ao permitir que grandes empresários tivessem mecanismos para sacar o dinheiro bloqueado no

mercado financeiro, explica o economista.

O novo pacote, no que se refere aos salários, reproduz o dispositivo de arrocho de todos os planos econômicos: o reajuste pela média dos últimos meses. Agora, a recomposição pelos últimos 12 meses toma nova forma.

A confusão na divulgação das medidas não deixou claro o procedimento a ser adotado para a reposição salarial. Até o fechamento desta edição, os economistas do Dieese não haviam calculado a situação dos salários para os trabalhadores das diversas datas-base. O secretário de Política Econômica, Antônio Khandir, afirma que estes reajustes acrescentarão à massa salarial do país cerca de 25%. Mas, Boppré destaca que "este valor, mal repõe a inflação de janeiro, que foi de 20,21%.

A "oura bala" usada por Collor para atacar a inflação acertou em cheio os salários. A tabela da Sunab com o congelamento acabou sustentando preços mais altos do que os que vinham sendo praticados. Na população, o descrédito se ouve nas ruas: "A gente já viu esse filme" Os empresários dizem que, depois do congelamento, vem a explosão dos preços. E a ministra da Economia, na televisão, prevê o futuro do Plano: "Não é querer repetir a história, mas tem que dar certo".

A especulação, atingida de raspão por este projétil sobressalente, não sofre perigo de vida. A recessão, essa passa bem, obrigado. Onde o zigue-zague de bala vai parar? Esta pergunta, a equipe econômica faz de conta que não sabe responder.

Para CUT, aumenta o arrocho

No dia seguinte ao seu anúncio, a CUT Florianópolis e vários sindicatos filiados a Central posicionaram-se contra o segundo pacote do governo Collor. Na avaliação das medidas, algumas foram consideradas uma intensificação do que foi definido no primeiro pacote, outras, como a política monetária e fiscal, foram praticamente mantidas e o congelamento de preços foi considerado uma grande derrota. "Primeiro ele dizia que não haveria intervenção do Estado na economia e agora aparece com esse remendo", declarou o presidente da CUT Estadual Ineir Mitman. Outro ponto criticado foi a forma como as decisões foram tomadas. Samuel Pantoja, do Sindicato dos Bancários falou que "ele foi editado de forma autoritária, sem qualquer compromisso com os setores da sociedade, não tendo qualquer garantia de sua efetiva aplicação."

O pacote joga com antigas bandeiras de movimento sindical, como é o caso da unificação das datas-base das categorias. Para Samuel, esta decisão significa uma nova etapa na organização dos trabalhadores. "Ele, escolheram os meses de negociação a dedo: primeiro janeiro que é um mês de refluxo, depois julho quando os patrões vão jogar chumbo grosso, se não houver antes um outro pacote alterando novamente a situação". Sobre a política salarial, os sindicalistas

cutistas vislumbram o aprofundamento do arrocho, com o esquecimento de perda e a média de salários defasados, muitos congelados desde o pacote de março de 90.

Para a Central, o pacote reflete o fracasso da política monetarista no combate a inflação e desmascara o discurso da "livre negociação" e da desindexação. Agora, haverá regras para as negociações e como sempre acontece o referencial de indexação deve se deslocar para a taxa referencial, ou o dólar. O fim do overnight não vai significar o fim da especulação, já que a especulação não é decorrente de um tipo de investimento, mas o resultado de um modelo de sistema financeiro.

Samuel, que também é presidente da CUT de Florianópolis, acabou colocando sob suspeita o Fundo de Desenvolvimento Social criado no pacote, porque "historicamente os fundos sempre são desviados de seus onbetivos iniciais". A abertura da economia continua, o pacote estabelece a abertura de 20% aos produtos importados, até 94. A Central adverte para o fato da continuidade da "política entreguista" sem uma política de desenvolvimento industrial e de infra-estrutura que possibilite a competição com os produtos industriais estrangeiros.

Segue campanha para combater a recessão

A Central Única dos Trabalhadores em Santa Catarina decidiu na última segunda-feira reforçar a construção da frente Nacional Anti-Recessão no estado, para combater o Plano Collor II. "É preciso colocar a imprensa sindical na ofensiva, ir à base, conversar com os trabalhadores na busca da unidade e chamar todo mundo a participar", diz o presidente da CUT/SC Ineir Mitmann.

A Frente foi formada a partir do lançamento da Campanha Anti-Recessão em 25 de janeiro, na Praça da Se, em São Paulo. Reúne as centrais de trabalhadores o movimento sindical e popular e representantes da sociedade civil que entendem a luta contra recessão como forma de combater a inflação.

Até 25 de fevereiro, devem acontecer plenárias estaduais para discutir e fortalecer a construção do Fórum. Para 8 de março, dia Internacional da Mulher, a CUT Nacional indica a realização de "ações unitárias", para preparar uma grande manifestação, o Dia Nacional de Protesto, programado para 15 de março, quando o governo Collor completa um ano.

Gazaniga: show patético

Com o discurso bastante confuso, o presidente da Eletrosul manifestou-se no hall da Empresa na última sexta-feira, oportunidade em que pediu o apoio dos empregados contra o que chamou de "centrais de boatos". Gazaniga gesticulou muito e expressou seu inconformismo ao constatar que poucos pensam que nem ele. Exaltado, talvez para impressionar os presentes, o presidente tentou encarecer as dificuldades do seu trabalho, mas não fugiu ao seu estilo, mostrando-se agressivo até para pedir ajuda.

A tônica do pronunciamento seria o desmentido da incorporação da Eletrosul à Furnas, porém, em função de suas colocações, Gazaniga realimentou os boatos e propalou ainda outros. Não procurou nem mesmo distanciar o vínculo, mais que óbvio, entre sua administração e a famigerada "central de boatos", nascida, possivelmente, na mesma época em que delegou a familiares e amigos a elaboração de "balões de ensaio", num círculo que se consagrou como "pudim de noiva" e que veio mais tarde a se transformar na sua assessoria direta.

Reafirmou, por exemplo, propaganda de jornal de que teriam ocorrido cerca de 1.100 demissões na Eletrosul, acrescentando que demitirá outros 1.300. Sempre reclamando dos boatos, Gazaniga prosseguiu revelando que sabia de "coisas horríveis" mais que não iria contar (sic). Repreendeu o "negativismo dos empregados", que sistematicamente desfazem as boas intenções da Diretoria, e completou garantindo que "muitos de vocês não estarão aqui daqui a um ou dois meses". Ressaltou, contudo, que "sempre que souber alguma coisa importante", será "o primeiro a descer aqui e contar". Esquecendo a coerência, é provável, portanto, que demissões não lhe pareçam assunto "importante". Afinal, o que representam mil ou duas mil demissões face à ameaça de extinção da própria Empresa?

Gazaniga sabe que estas intimidações dividem os empregados e joga com isto, pois pode facilitar seu alucinado programa de enxugamento — é a tradicional "política

do bode". Aproveitou para denunciar, ainda, uma trama de elementos da própria Eletrosul que daria sustentação aos "interesses de Furnas". Com esta narrativa dramática, passou, em seguida, a comentar suas realizações. Salientou as reduções de viagens, despesas com horas extras e os leilões de veículos. Omitiu que estes últimos meses tenham sido péssimos para a venda de carros usados mas, numa rara demonstração de auto-crítica, lembrou que "o corte dos telefones parecia mesquinha não foi" (sic).

Considera-se surpreso, pois ninguém acha o máximo "todas estas medidas" e, mesmo se suas ações possam estar parecendo inconseqüentes, ele atesta uma convicção de quem segue rigorosamente um "Plano de Gestão". Desde que entrou, a Empresa está paralisada, o que faz pensar que o tal plano é vazio ou ainda não começou.

Mas nada precisa guardar um sentido pelo que se vê. E este relato minucioso apenas confirma que a prática da dissimulação transparece com a insegurança e a inconsistência das exhibições do Sr. Presidente. Nenhum empregado duvida das pressões para a extinção da Eletrosul. Porém, poucos acreditam que Gazaniga saberia contornar tais conflitos. A situação é mais grave, Gazaniga se constitui num peso a mais para ser carregado e sua permanência na Direção da Eletrosul simplesmente compromete nossos destinos. Defenderia antes seu cargo, como insinuou recentemente o secretário do Ministério da Infra-Estrutura, do que a Empresa. E o que dizer dos empregados?

Parou a Eletrosul, tumultuou o ambiente de trabalho e revelou-se curto em termos de futuro de uma Empresa, das mais importantes para a Região. Ontem era a Copel, hoje é Furnas. E sempre haverá oposição a gestões míopes, pois precisamos de dirigentes que tragam "Planos de Vida" para a Eletrosul e, sem menores palavras, que estejam à altura desta responsabilidade.

FINANÇAS

BALANCE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 1990.			
SINERGIA			
SALDO ATUAL: 30.11.90			
C.E.F. Conta Movimento	99-6	NC15	4.998,92
C.E.F. Conta Movimento	99-6	NC15	73.804,61
C.E.F. Conta Movimento	248-0	NC15	181.446,99
Aplicação Open Market		NC15	16.901,95
Fundo de Apoio Sinergia	29907-0	NC15	3.254.499,89
Fundo de Construção	49860-3	NC15	1.260.770,70
Fundo de Modernização	49860-3	NC15	1.948.020,70
Fundo Mobilização CELESC	26800-7	NC15	1.530.770,70
Sinergia	50325-1	NC15	4.000.000,00
		NC15	16.752.868,99
RECEITAS			
Mensalidade CELESC ESUL		NC15	3.313.503,99
Mensalidade Contribuinte CELESC		NC15	1.240.115,65
Mensalidade Aposentado		NC15	4.344,90
Comissão Seguro		NC15	12.686,40
Rendimento Poupança Open		NC15	147.028,17
Rendimento Contas Cruzadas Novas		NC15	2.214.907,61
De Junho a Dezembro 90		NC15	1.303.911,73
		NC15	8.236.396,59
TOTAL		NC15	24.989.265,58
DESPESAS			
Despesa Geral		NC15	4.193.685,72
		NC15	4.193.685,72
INVESTIMENTO			
Móveis e Equipamentos		NC15	321.050,00
Construção Ampliação Predio		NC15	824.976,50
		NC15	1.145.976,50
SALDO ATUAL: 31.12.90			
C.E.F. Conta Movimento	99-6	NC15	1.515.893,61
C.E.F. Conta Movimento	248-0	NC15	40.061,74
C.E.F. Conta Movimento		NC15	1.515.893,61
C.E.F. Contas Poupanças			
Fundo de Apoio Sinergia	29907-0	NC15	3.254.499,89
Fundo de Construção	49860-3	NC15	1.260.770,70
Fundo de Modernização	49860-3	NC15	1.948.020,70
Fundo Mobilização CELESC	26800-7	NC15	1.530.770,70
Sinergia	50325-1	NC15	4.000.000,00
		NC15	16.340.692,71
C.E.F. CONTAS EM CRUZADOS NOVOS			
Sinergia 99-6		NC15	3.964,99
Sinergia 99-6		NC15	250.889,58
Sinergia 248-0		NC15	26.289,32
Sinergia 26800-7		NC15	112.328,76
Sinergia 27859-2		NC15	9.883,43
Sinergia 28000-1		NC15	9.087,69
Sinergia 31880-2		NC15	11.403,50
Sinergia 31880-2		NC15	6.127,41
Sinergia 31880-2		NC15	881.527,53
Sinergia 160708-1		NC15	1.308.910,65
		NC15	24.989.265,58
TOTAL		NC15	24.989.265,58

Florianópolis, 18 de Janeiro de 1991

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS-6166) e Rosângela Bion (DRT/SC-1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Frank Maia. Impressão Gráfica do Jornal o Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis-SC, fone: (0482) 22-3866, telex 481555, fax 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Contradições sobre o futuro das estatais

Informações sobre o fim da Eletrosul podem ser especulação do próprio Governo. Dia 18, Collor anuncia medidas que atingirão as estatais e, especialmente, o setor elétrico.

No final da semana passada os boatos em torno da "extinção da Eletrosul" voltaram a aparecer. Desta vez, foi a Agência de Notícias Estado de São Paulo que informou vários jornais sobre a incorporação da Empresa à Furnas Centrais Elétricas. Tais notícias davam conta de que haveriam 5 mil demissões na Eletrosul.

O presidente da Empresa, Amílcar Gazaniga, foi à imprensa desmentir as notícias e, diante dos empregados da sede da Eletrosul, disse que tudo não passava de boataria e que a verdade é que ocorrerão cerca de 1.300 demissões nos próximos meses.

Diante destas contradições, o Comando Nacional dos Eletricistas, que esteve reunido na última sexta-feira (01/02), no Rio de

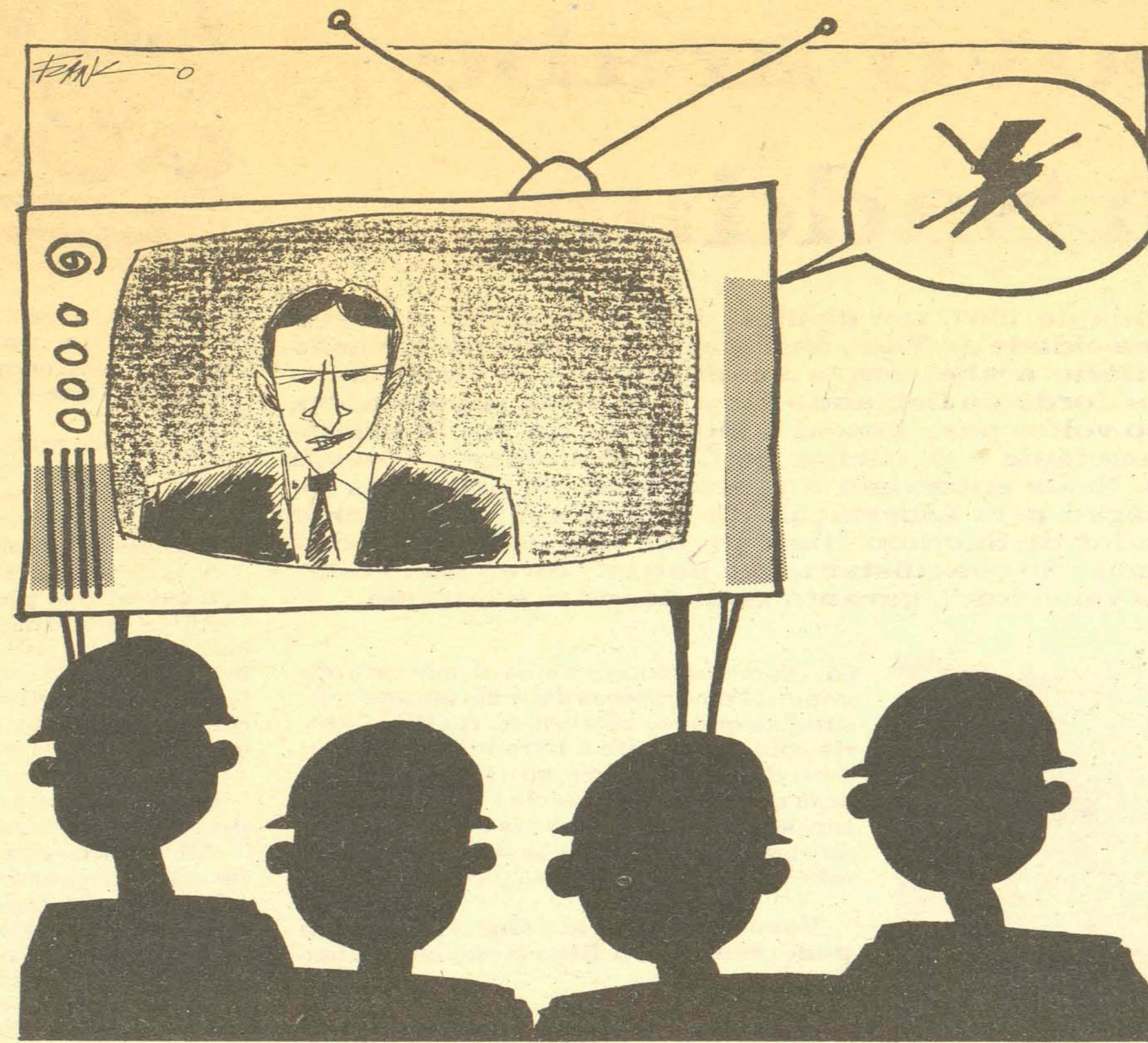
Janeiro, procurou a direção da Eletrobrás para saber sobre a veracidade das informações que ameaçam não só a Eletrosul, mas quase todo o sistema elétrico. O diretor de gestão empresarial da Eletrobrás, Juarez Faria, disse ao CNE que as informações não são verdadeiras. "Não há nenhuma decisão a respeito, estão sendo feitos apenas uma série de estudos sobre o setor elétrico para subsidiar o discurso do presidente Collor no dia 18", disse Faria.

Destes fatos, pode-se esperar que o dia 18 seja o "dia d" para as estatais. Collor vai anunciar um "pacote de austeridade" para as estatais, mais uma fase da reforma administrativa. É possível que a divulgação das medidas sobre a Eletrosul, Eletronorte (que

seria sua sede transferida para Belém), Eletrobrás (que seria transferida para Brasília) e Chesf (que teria 25% do seu pessoal demitido) tenha sido sondagem para ver que reflexos teriam tais medidas ou outras semelhantes.

Um fato curioso: assim que a imprensa noticiou o fim da Eletrosul o presidente Gazaniga reuniu os empregados para desmentir, mas segundo o diretor da Eletrobrás, Juarez Faria, só a tarde ele procurou a confirmação oficial das medidas. Outro detalhe: no dia anterior à divulgação das informações da Agência Estado, o Jornal do Brasil informou que a Eletrosul seria a única empresa que não seria penalizada com as medidas de "austeridade" que seriam anunciadas para o setor elétrico.

Na avaliação do Comando Nacional dos Eletricistas, a categoria deve estar preparada e mobilizada para responder e barrar qualquer medida que ameace os eletricistas e o setor elétrico.



CNE atento às medidas

Nos dias 19 e 20 de fevereiro, logo após o discurso do presidente da República para anunciar mais uma etapa da reforma administrativa (que deve trazer elenco de medidas sobre o setor elétrico), vai acontecer uma Plenária de Dirigentes Sindicais do Setor Elétrico. Trata-se de uma reunião do Comando Nacional dos Eletricistas com representantes de todos

os sindicatos da categoria e ainda representantes das centrais sindicais.

A plenária vai discutir as medidas anunciadas e definir os procedimentos para os eletricistas defenderem seu emprego, os salários e as próprias empresas. O encontro já é considerado um dos principais eventos do movimento dos eletricistas.

Celesc sem proposta

A Celesc não apresentou no dia 30 a proposta de reposição salarial, referente as perdas do trimestre — outubro, novembro e dezembro. No dia 31, ela acabou esbarrando com o anúncio das medidas do novo pacote econômico. Até o fechamento desta edição, que aconteceu na tarde do dia 5, a empresa não havia chegado a uma conclusão sobre a repercussão do pacote nos salários. Também a subseção do Dieese dos eletricistas não

havia terminado os cálculos das perdas de acordo com a média salarial dos últimos doze meses, que vão resultar no índice de remuneração a ser pago em fevereiro.

Independente do resultado essas contas, a Intersindical vai se empenhar na reivindicação das perdas do período, que incluindo janeiro já somam 84%. As negociações nesse sentido devem começar assim que os resultados estiverem a mão.

TRIBUNA

José Álvaro Cardoso
DIEESE — Subseção Bancário/Fpolis

Plano Collor 2, o paradoxo

A edição do que está sendo chamado de Plano Collor II, por si só, é a admissão implícita de que as teses inspiradoras do Plano Collor I estavam equivocadas. Segundo os autores do referido plano, as causas fundamentais da inflação eram: excesso e demanda por mercadorias; déficit público; excesso de moeda em circulação e indexação (especialmente de salários). Como se portaram estes fatores após o Plano Collor, que, segundo a equipe econômica, são os principais causadores da inflação brasileira?

No que se refere à demanda, houve uma retração generalizada que não poupou inclusive as vendas em supermercados — um barômetro sensívelíssimo do poder de compra da população — e conduziu o país para mais uma recessão. O resultado foi uma queda do PIB (Produto Interno Bruto) estimada pelo IBGE em 4,3%.

O déficit público também não pode ser responsabilizado pela inflação pós-Plano Collor já que o Tesouro Nacional apresentou superávit ao longo de 1990, ainda que modestos.

Excesso de emissão de moeda também não ocorreu. Pelo contrário, a falta de liquidez na economia elevou as alturas a taxa de juros, quebrando empresas e animando a ciranda financeira. Aliás, este é um dos grandes "orgulhos" de Ibrahim Eris, como se a contenção da moeda fosse um fim em si mesmo, independente dos malefícios que a política monetária tem causado à população.

A indexação da economia pode ser responsabilizada apenas parcialmente? Sim, porque praticamente todos os preços estavam indexados, exceto o da força de trabalho. Se o congelamento dos preços das mercadorias durou apenas algumas semanas, o arrocho de salários esteve presente em todo o período de vigência do Plano, estabelecendo recordes de defasagens salariais e concentrando ainda mais a renda nacional.

Paradoxalmente, o Plano Collor II, ao que tudo indica, segue a concepção geral que embasou o primeiro Plano. Além de não significar uma ruptura com as políticas fiscal e monetária implantada por este, o Plano Collor II conserva o traço mais fundamental do primeiro: o arrocho salarial.

Ao calcular os salários com base numa média dos últimos 12 meses, o Plano colocará os salários historicamente no seu mais baixo patamar. A média será calculada através de salários achatados permanente pelo menos nos últimos 10 meses, fórmula que cristalizará as grandes perdas salariais havidas no período.

Feitas todas as contas, pode-se afirmar que os sucessivos pacotes que desabaram sobre nossas cabeças nos últimos anos fracassaram em alcançar seus objetivos declarados, ou seja, a queda das taxas inflacionárias. Contudo, têm sido um grande sucesso para aquilo a que realmente vieram, ou seja, para contrapor-se à crise do capital através de uma exploração extra sobre os trabalhadores.

OLP une povo árabe em apoio à Saddam

Gastão Cassel
Equipe Linha Viva

O que é a OLP? Desde quando ela está organizada?

Ali — A OLP é uma organização que nasceu para organizar o povo palestino que abandonou a sua terra. Antes de 1967, quando a OLP foi criada, já havia alguma forma de organização. Mas 67 foi a última invasão israelense ao território palestino.

Em 1948 foi formado o estado israelense, pela ONU, em uma votação praticamente empatada. A criação do novo estado denunciou a intensão expansionista do sionismo que já em 56 tomou territórios, 67 mais invasão e 73 também, e em 82 a resistência palestina impediu a tomada de Beirute, no Líbano.

Vamos falar da Guerra do Golfo Pérsico. Uma guerra pelos campos de petróleo e pelo domínio geo-político da região. A questão da Palestina não estaria sendo utilizada pelo Iraque para aglutinar os povos árabes?

Ali — Qualquer força que exista na terra que queira ajudar a OLP e o povo palestino terá a nossa solidariedade. Temos que ver quem está a nosso favor. Todas as forças progressistas do mundo devem lutar junto com o povo palestino.

Mas a questão da Palestina não foi a razão do início da guerra...

Ali — Todo o cidadão árabe sabe o que representa a questão Palestina. Em todo o mundo se fala em "territórios ocupados", reconhecendo quem foi invadido e quem é o invasor. Este reconhecimento custou muita luta do nosso povo. Foi a Grã-Bretanha que dividiu o território árabe em vários estados pequenos e colocou lá regimes que defenderam seus interesses, depois os Estados Unidos herdaram aquilo tudo e lutam para manter a sua política na região. Mas o povo sabe do direito dos palestinos reaverem sua terra. O problema é que o sionismo quer dominar toda a região. No parlamento israelense está escrito que os limites de Israel são o Nilo (que fica no Egito) e o Furato (que corta o Iraque e a Síria).

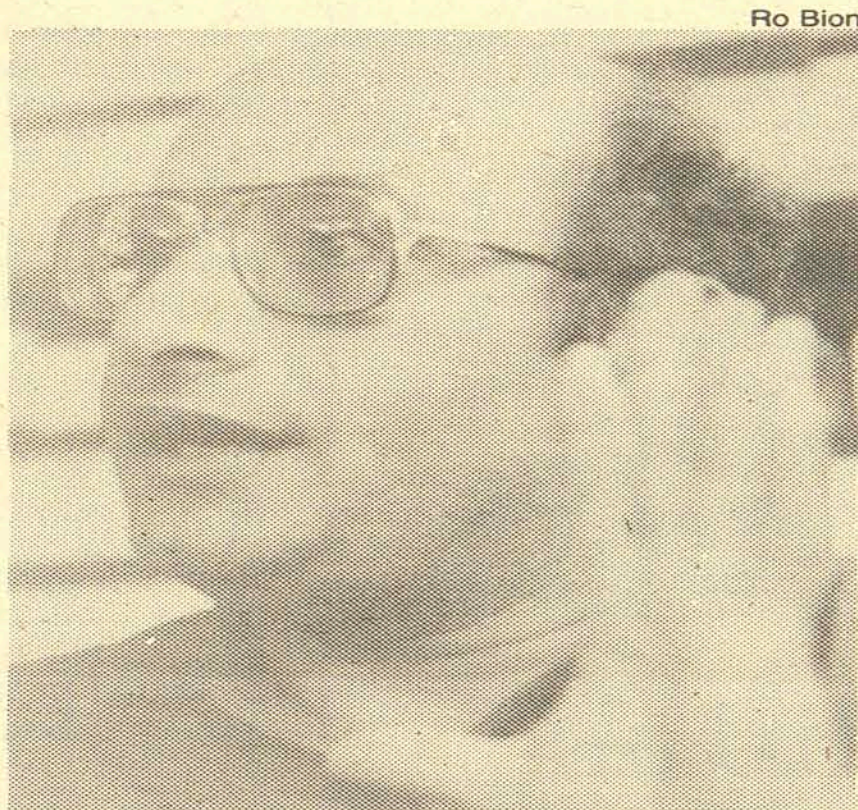
Mas enquanto a OLP apóia Saddam Hussein, países árabes como a Síria e o Egito estão com os aliados...

Ali — Esta semana no Marrocos mais de 300 mil pessoas foram para a rua pedir o retorno das tropas que o rei mandou para apoiar os Estados Unidos. Toda a população do Marrocos pede uma coisa e o rei não escuta. E veja que estas informações que a gente recebe são censuradas. O mesmo ocorre na Tunísia, na Argélia. Eu tenho certeza que o povo da Síria não apóia os aliados.

Vamos falar do Iraque...

Ali — O que complicou o meio-de-campo para os Estados Unidos é que eles não esperavam a posição do Saddam de retomar o Kuwait. Porque este país na verdade não existe, ele não tem história, foi inventado para explorar petróleo para a Inglaterra. Colocaram lá duas famílias, meia dúzia de beduínos. Tem lá mais estrangeiros do que Kuwaitianos. Historicamente está

Numa madrugada de 1967, um menino de 9 anos fugia com sua família da pequena cidade de Yalo, na Palestina. Mais uma invasão israelense à território árabe estava acontecendo. Ali Hussein, o menino, foi para a Jordânia deixando para trás o seu sapato novo, "mas era perigoso voltar para buscar". Hoje Ali vive em Florianópolis onde é comerciante e participa do Comitê Contra a Guerra do Golfo Pérsico. Nesta entrevista o palestino de 36 anos fala da OLP — (Organização pela Libertação da Palestina) e da guerra do oriente. Apoiador de Saddam Hussein, ele tem certeza de que um dia os palestinos vão conquistar a sua pátria. "Se eu não voltar para lá, meu filho vai voltar", garante sem esconder a emoção.



Ali, com esperança de voltar

provado que aquela terra pertence ao Iraque, há provas disso. Desde 1961 já estava nos planos do Iraque a retomada do Kuwait. Agora os países árabes, a Palestina, a Síria, a Jordânia, o Iraque, o Egito devem formar o mundo árabe, que historicamente sempre existiu, sem a divisão entre estados com reis diferentes.

A OLP tem um prestígio mundial impressionante, e hoje, na Guerra do Golfo, ela é o catalizador da unidade dos povos árabes. Ela não pode vir a gerar um conflito ainda maior, uma guerra entre Oriente e Ocidente?

Ali — Eu não acredito em um conflito Oriente-Ocidente. Dependendo da OLP isso não acontece. Isso depende dos Estados Unidos, este país que tem uma política de exploração do terceiro mundo. Os Estados Unidos estão querendo o Iraque. Usam uma tática militar que consiste em destruir o Iraque depois tomar o Kuwait. Eu não acredito que o motivo do deslocamento das tropas americanas para o Oriente Médio, tenha sido o Kuwait. As Nações Unidas nunca tomaram uma posição que possa prejudicar as grandes potências.

Isso é a desmoralização da ONU?

Ali — Não foi correta a decisão da ONU de avaliar a guerra. Os americanos queriam esta invasão e a ONU não se preocupa em controlar o que está ocorrendo. Não poderiam permitir o ataque a Bagdá, por exemplo. A ONU deveria cobrar dos aliados uma posição de como retomariam o Kuwait, mas não pode bombardear Bag-

dá. Agora começou a cair a máscara do imperialismo, apesar das informações censuradas que nós recebemos. A ONU deveria cobrar o direito a livre informação sobretudo o que ocorre no Oriente Médio, para que as nações que ela representa possam se posicionar, para que o povo do mundo diga o que é correto ou não. Nós sequer sabemos quantas pessoas morreram...

Você acredita que a Guerra do Golfo pode acelerar a libertação da Palestina?

Ali — A libertação da Palestina vai acontecer, porque é uma resolução do povo palestino, não decisão de líderes, mas decisão popular. Os palestinos lutam com pedras contra fuzis, e isso mostra a coragem e a determinação. Todo árabe tem como dever lutar contra o expansionismo sionista e imperialista na região. Mas eu não confio em decisões da ONU, porque ela já decidiu várias vezes pela retirada das tropas dos territórios ocupados, e as decisões não foram executadas.

E o Saddam...

Ali — Eu não acho que ele seja o rei do mundo. Ele é um líder, um presidente que fez muita coisa boa no seu país, que desenvolveu o Iraque, que conseguiu tirar o país de uma situação precária e tem um apoio muito grande. Ele saiu a pouco de uma guerra com o Irã, que na verdade era uma grande base militar do imperialismo.

A utilização, por parte de Saddam,

LINHA aberta

de armas, como o derramamento de petróleo no mar, guerra química, ameaçada de espalhar o terrorismo no mundo. O que a OLP diz destas questões?

Ali — Para mim, guerra é guerra, antes da guerra e depois são assuntos diferentes. Sobre o terrorismo, eu acho que Saddam Hussein tem o direito de usar todas as forças necessárias para poder se defender.

A OLP poderia ser utilizada, com sua estrutura, para ações terroristas?

Ali — Não. Independente de qualquer outra coisa a OLP tem o objetivo de retomar a Palestina e vamos conquistá-lo. Nós temos muitas alianças com muitas lideranças do mundo, e neste momento com o povo iraquiano e seu líder.

O Objetivo da OLP passa pelo fim do estado de Israel?

Ali — Não. Em absoluto. O estado de Israel representa os judeus e outras regiões, pois há judeus em todo o mundo. Na Palestina havia muito judeu convivendo com os árabes palestinos. Judeu é religião, mas tem o sionismo, que é outra coisa. Todo sionista é judeu, mas nem todo judeu é sionista. Este estado de Israel foi contruído em que base? A destruição de 450 aldeias em 1948, massacres liderados por Beguin, que não foram revelados e que as Nações Unidas não tomaram conhecimento.

E o que você acha dos ataques iraquianos a Tel-Aviv e Jerusalém?

Ali — Saddam Hussein está usando a política e a força. Guerra é guerra. Então ele usa as forças que dispõe, e ele tem muita força. Mas a gente tem que usar todas as forças políticas e militares contra esta maior invasão militar de toda a história que os americanos estão fazendo. E a gente não sabe nada, não tem informações reais. Onde estão caindo os mísseis e as bombas? Em territórios civis? Até o telefone do meu cunhado de Riad está censurado, ele é um professor e não pode me dizer o que está acontecendo. Saddam que sobreviver, salvar o Iraque, pois ele não quer invadir outros territórios.

Folia contra a guerra

Mais um bloco vai participar do Carnaval de rua de Florianópolis, o Bloco da Paz, que está sendo organizado pelo Comitê Contra a Guerra no Golfo. Os interessados em participar devem levar uma camiseta branca na Rua Anita Garibaldi, 82, onde funciona o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados. Nela será impresso o lema do bloco. A estréia será dia 9, a partir das 17 horas, na es-

quina democrática da Felipe Schmidt. O movimento vai continuar por todo Carnaval.

Depois do Carnaval, o Comitê realiza uma reunião para definir novas atividades. Já existem propostas de realizar um show-debate e continuar com as apresentações de vídeo, distribuição de notas e montagem de murais que estavam sendo feitos no Calçadão de Florianópolis.